

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-790-1 DOI 10.22533/at.ed.901192111</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SAÚDE PÚBLICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E DIREITO	
Izadora Ribeiro Silva Costa Lina Maria Brandão de Aras	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111	
CAPÍTULO 2	13
O CORPO E O GÊNERO NO CURRÍCULO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE	
Murilena Pinheiro de Almeida Marco Antonio Leandro Barzano Cleyde Oliveira de Castro Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cenair Felini Soares	
DOI 10.22533/at.ed.9011921112	
CAPÍTULO 3	28
O SILENCIAMENTO DA DOR: FEMINICÍDIO NA BAHIA ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2018	
Fadja Mariana Fróes Rodrigues Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.9011921113	
CAPÍTULO 4	40
OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES: UMA RELAÇÃO VISCERAL	
Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa Tainá Rocha dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9011921115	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL	
Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9011921116	
CAPÍTULO 6	64
POR UMA DRAMATURGIA FEMINISTA: JORNADAS DE F(R)ICÇÃO	
Luciana de Fátima Rocha Pereira de Lyra	
DOI 10.22533/at.ed.9011921117	
CAPÍTULO 7	74
PARTEIRAS E DOULAS BRASILEIRAS: AUTONOMIA E ARTICULAÇÕES FEMINISTAS EM REDE	
Danielle Andrade Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9011921118	

CAPÍTULO 8	87
OS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DO USO ABUSIVO DO ÁLCOOL E AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA PSICOLOGIA NO TRATAMENTO DE MULHERES ADULTAS	
Ana Paula Almeida dos Santos	
Rafael Antonio Oiticica de Miranda	
Alexandra Soares dos Santos	
José Euclimar Xavier de Menezes	
Marcos Moura Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.9011921119	
CAPÍTULO 9	96
RELAÇÕES DE GÊNERO E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS: NEGOCIAÇÕES, LIMITES E O PROTAGONISMO FEMININO	
Suzianne Jackeline Gomes dos Santos	
Mary Alves Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9011921110	
CAPÍTULO 10	108
REPERCUSSÕES HOMOSSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
José Renato Santos de Oliveira	
Ingrid de Souza Silva	
Tatiane Pina Santos Linhares	
Tatiana Tarrão dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111	
CAPÍTULO 11	119
“SOMOS HUMANOS NA RUA”: USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS ATENDIDOS PELO PROJETO PONTO DE CIDADANIA	
Alexandra Soares dos Santos	
Ana Paula Almeida dos Santos	
Rafael Antonio Oiticica de Miranda	
Sueli Jesus Santana	
Mônica Coutinho Cerqueira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9011921112	
CAPÍTULO 12	127
SEGREGAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS DE 2002 E 2014	
Débora Juliene Pereira Lima	
Ana Márcia Rodrigues da Silva	
Edna Raimunda Teodoro	
DOI 10.22533/at.ed.9011921113	
CAPÍTULO 13	138
TERRITÓRIO DE NARRATIVAS: LOCAIS DESTINADOS ÀS MULHERES NOS DISCURSOS PRODUZIDOS NOS MUSEUS DO CENTRO HISTÓRICO BELENENSE	
Sílvia Raquel de Souza Pantoja	
Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9011921114	

CAPÍTULO 14	148
TRABALHO, POLÍTICA E GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA HISTÓRIA E O RESGATE DO FEMINISMO	
Fernanda Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.90119211115	
CAPÍTULO 15	158
TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNERAS(OS) EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: NORMATIVAS BRASILEIRAS	
Gabriela Bothrel Echeveria	
Vivianny Kelly Galvão	
Verônica Teixeira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.90119211116	
CAPÍTULO 16	169
VADIAGENS DA CIÊNCIA-EXPERIÊNCIA: GINGANDO NUMA RODA MULTIRREFERENCIAL COM CAROLINA DE JESUS, INAICYRA FALCÃO E ELZA SOARES	
Régia Mabel da Silva Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.90119211117	
CAPÍTULO 17	178
UM CORPO NEGRO EM DIÁSPORA NA PRODUÇÃO DE UMA ATENÇÃO À SAÚDE FEMINISTA E ANTIRRACISTA	
Lais Alves Porto	
DOI 10.22533/at.ed.90119211118	
CAPÍTULO 18	184
MULHERES NA LUTA POR PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA RECENTE EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SE)	
Itanamara Guedes Cavalcante	
Maria do Carmo Santos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111819	
CAPÍTULO 19	196
SAÚDE INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: DESAFIO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Divanise Suruagy Correia	
João Klínio Cavalcante	
Laura Marques Angelo Neto	
Maria das Graças Monte Mello Taveira	
Viviane Maria Cavalcante Tavares	
Sandra Lopes Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.9011921111820	
SOBRE A ORGANIZADORA	207
ÍNDICE REMISSIVO	208

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL

Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva

Mestrado em andamento pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ (PPGSS-UFRJ)

Assistente Social

<https://orcid.org/0000-0001-8982-6711>

Texto inicialmente apresentado na modalidade Comunicação Oral, no IX Congresso Internacional da ABEH, tendo sido posteriormente publicado nos Anais do referido Congresso Internacional. Para a republicação deste trabalho consideramos pertinente a reapropriação teórica dos debates propostos no texto original e, por conseguinte, sua reedição.

RESUMO: Este trabalho deseja oferecer subsídios para uma análise das políticas públicas de gênero referenciadas no cenário político, econômico e social Brasileiro desde os idos da década de 1970 até a implementação da Lei 11.340/2006. Neste viés, elucidaremos a perspectiva da intersectorialidade das políticas sociais como uma possível estratégia de garantia e ampliação de direitos humanos das mulheres. O percurso deste trabalho se dará na apresentação das relações de gênero no contexto da sociedade capitalista burguesa, articuladas às relações de produção e reprodução da vida, na qual compreendemos como historicamente determinadas. Ao final, abordaremos a atuação do Assistente Social

nas políticas públicas de gênero, seus limites, possibilidades e desafios postos à profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Intersectorialidade. Políticas Públicas. Gênero. Serviço Social.

PUBLIC POLICIES FOR GENDER AND
SOCIAL SERVICE: A DEBATE ON THE
INTERSECTORIALITY OF SOCIAL POLICIES
AND THE CHALLENGES FOR THE
PROFESSIONAL PRACTICE OF SOCIAL
WORKERS

ABSTRACT: This study intends to provide support for a general public policies analysis referenced in the Brazilian political, economic and social scenario from the beginning of the 1970s until sanction of Law number 11.340 / 2006. On that matter, we will elucidate the intersectorial perspective of social policies as a possible strategy to guarantee and expand women's human rights. The guidelines of this work will be presented in the presentation of gender relations in the bourgeois capitalist society context, articulated to the relations of production and reproduction of life, in which we understand as historically determined. Alter all, we will discuss the role of the Social Worker in the gender public policies, their limits, possibilities, issues and challenges facing the profession.

KEYWORDS: Intersectoriality. Public Policies. Gender. Social Service.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o conceito de gênero apropriados pelo Serviço Social Brasileiro apresentam vasta contribuição na produção de conhecimento científico e contribuem para fomentar a disputa teórica em torno desta temática. O desenvolvimento de pesquisas nesta perspectiva, não é por acaso. Trata-se de uma temática que vem ganhando fôlego, não somente neste campo profissional, mas de muitas outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. Para esta análise, partimos do pressuposto, assim como (BEZERRA e VELOSO, 2015; p.7) de que “as relações de gênero se constituem enquanto uma categoria em disputa”. Louro (1996, p.7), assinala que o conceito de gênero se caracteriza pela instabilidade e vitalidade. A primeira, por estar envolta numa grande trama epistemológica, que possibilita a apreensão de variados olhares a partir de um mesmo conceito teórico. Ao mesmo tempo, a segunda, se justifica pela sua consolidação enquanto categoria analítica, em que se reveste de materialidade, processualidade e historicidade. A insurgência do pensamento pós-moderno, sobretudo no pós 1968, que evidenciou o rompimento com a razão moderna, mas principalmente no abandono da crítica à economia política, específica da teoria social de Marx, além da recusa da categoria da totalidade, da aceitação dos fenômenos sociais apenas pelo seu modo de ser, ou seja, por sua aparência e, ainda, pela convicção de que a sociedade burguesa constitui o ponto final da história (COUTINHO, 2017). Associada a estas questões que compõem a perspectiva pós-moderna, situamos que o debate de ideias alavancadas no pós 1968, contribuiu para que os intelectuais Marxistas perdessem cenário nas discussões de gênero, dentre outras coisas, sob o argumento de que a categoria “sujeito universal” negava as particularidades dos indivíduos, representando apenas os interesses específicos de homens brancos (BEZERRA e VELOSO, 2015; p. 7). Desse modo, compreendemos que as relações de gênero são historicamente determinadas no contexto da sociedade burguesa. O conceito de desigualdade de gênero é definido por Safiotti como sendo as relações de dominação-exploração sofridas pelas mulheres no contexto da sociedade capitalista e patriarcal. A autora formula que as relações de gênero são reguladas não apenas pelas relações homem-mulher. Mas também, relações homem-homem e relações mulher-mulher. Desse modo, a autora ressalta que “gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFIOTTI, 1997; p.47).

Ao pensar tais desigualdades no interior da sociedade capitalista e patriarcal evidenciamos que essas são “duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida, e, apesar de o patriarcado ser anterior ao advento do capitalismo, este agudiza as relações existentes em qualquer sociedade baseada na propriedade

privada” (BEZERRA e VELOSO, 2015; p. 62). Nessa conjuntura, as relações de gênero, inseridas na dinâmica das classes sociais, desdobram em significativos problemas para classe trabalhadora, no que concerne a divisão sexual do trabalho (SAFIOTTI, 1988). A autora afirma ainda que a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher, ou seja, fundamenta-se numa relação de dominação em que subordina o fenômeno da reprodução das relações sociais à produção. Nesta relação simbiótica, Bezerra e Veloso analisam que: “as relações de produção não se restringem ao domínio público, estão também inseridas na vida privada, da mesma forma que as relações de produção extrapolam a vida privada, invadindo o âmbito da produção pública” (2015, p.63).

A realidade social está historicamente em movimento e transformação. Na mesma proporção, ocorrem as relações de dominação patriarcal, que também acompanham os impactos históricos das transformações sociedade capitalista. No entanto, isso não quer dizer que essas relações se atenuem com o tempo. Ao contrário, incorporam outros modelos nas mesmas estruturas de poder acirradas na sociedade (SAFIOTTI, 1997). A autora explicita: “Se na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e de morte sobre sua esposa e filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano “de jure”. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade” (SAFIOTTI, 1997; p.48). Com base no exposto, é fundamental observar que as relações de gênero são constituídas de historicidade e sociabilidade. Uma vez que a naturalização dessas relações não possibilita uma perspectiva de transformação dessa realidade. Destarte, as relações de gênero devem ser compreendidas no bojo das relações sociais e, por conseguinte possíveis de transformação, pois esta compreensão alimenta a luta pela elaboração de políticas públicas com ênfase no gênero, com a perspectiva de contribuir objetivamente com a transformação dessas relações (BEZERRA e VELOSO, 2015). A reflexão sobre as relações de gênero na sociedade capitalista é extremamente importante e contribui para pensarmos a construção da política pública de gênero. Destacamos que a atuação do Estado, a fim de coibir a violência, cria mecanismos para o seu enfrentamento, possibilitando que este fenômeno não esteja restrito ao espaço da convivência privada e das relações de intimidade. Mas, principalmente, esteja inscrito no âmbito relacional.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E INTERSETORIALIDADE: UM DEBATE NECESSÁRIO

A Crise no Estado de Bem-estar Social teve sua insurgência demarcada com o processo de estagnação do Capital, após uma vasta onda de crescimento econômico instaurado no Pós Guerra. Esse período de recessão que se corporifica no início dos 1970, nos países de Capitalismo Central, avança pelas décadas seguintes e

consubstancia num forte processo de esgotamento da acumulação Capitalista, trazendo impactos macroeconômicos nos âmbitos da produção e da reprodução social e um pacote de ajustes fiscais como medidas para estancamento da crise (SOARES, 2002). Neste sentido, em 1974, o Brasil, vivenciava o período derradeiro da ditadura militar com o aprofundamento da crise do milagre econômico. Ao mesmo tempo em que ganha fôlego um amplo movimento de luta pela restituição do sistema democrático. No bojo dessas relações de coerção e resistência, as demandas por políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher estavam na ordem de prioridade dos questionamentos dos movimentos feministas.

A participação dos movimentos feministas no Brasil, no cenário político, traz maior visibilidade para a mulher e às suas lutas por igualdade. Contribui para o favorecimento de um viés mais institucionalizado do movimento, que marcadamente se consolidou nesta mesma década, com representatividade nos Conselhos da Condição da Mulher e em cargos eletivos. Há também forte influência do feminismo acadêmico, com destaque para as pesquisas na área de saúde e violência contra a mulher (CISNE, 2014).

Analisando a trajetória do movimento feminista no Brasil, observamos que dentre os anos de 1970 e 1980, a pauta reivindicatória estava direcionada para o pensamento de que o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres é impossível, neste contexto da sociedade capitalista patriarcal, em que as relações sociais estão fundadas nas relações entre as classes antagônicas. Nas quais se materializam em outras formas de hierarquia, tais como a hierarquia de gênero (CISNE, 2014). As mulheres não apenas questionavam novos direitos, mas incorporavam a sua pauta de luta uma maior aproximação da esfera estatal, sob o argumento de que somente as mulheres estariam aptas a dialogar acerca de suas próprias demandas. Rechaçando, assim, a possibilidade dos homens em falar em nome do movimento organizado e ratificando a formação do movimento feminista como o de representação e auto-organização das mulheres (CISNE, 2014).

Em meio aos avanços e retrocessos em direção ao projeto democrático, o movimento feminista não era o único protagonista. Ao contrário, o país experimentou um período de grande efusão dos movimentos sociais, paralelamente à criação de alguns partidos políticos que engrossavam as fileiras dos grupos sociais que pressionavam pela redemocratização do país e pela conquista da cidadania. Às mobilizações dos grupos feministas para o reconhecimento da igualdade de gênero no cenário político e social, e ainda, para que o Estado Brasileiro efetivamente se posicionasse frente às reivindicações para uma legislação que coibisse a violência de gênero, foram amplamente adensadas pelo recrudescimento dos Organismos Internacionais, que através de acordos políticos e de cunho econômico, exerceram grande influência para que o Brasil ratificasse os tratados e acordos internacionais para efetivação políticas de enfrentamento à violência, com a responsabilidade de responder juridicamente pelos compromissos assumidos. O momento político era

oportuno para articulação dos movimentos sociais e de suas pautas reivindicatórias que ganharam relevo, mesmo que parcialmente, na Constituinte. A Carta Magna foi um importante instrumento legal para o reconhecimento (formal) da igualdade de gênero. No que se refere à violência contra a mulher, esta normativa incluiu, em seu artigo 226, o seguinte parágrafo: *O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações* (CF, 1988, art226, §8). Desse modo, segundo a Constituição Federal, “a igualdade existe, o problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra tal tem sido sem trégua a luta feminista” (SAFIOTTI, 1997; p.46). Ao longo dos anos de 1990, conforme análise de (BEHRING, 2003), o Brasil, adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, resultando num ciclo de adequações às novas exigências do capitalismo mundial. Situando este período como um processo histórico de características muito diferentes do pós 1964. Essa trajetória política, econômica e social aqui evidenciada é importante para compreendermos o terreno da garantia de direitos, neste contexto de desigualdades de gênero, que são adensadas pelo crescimento das forças produtivas engendradas no interior da sociedade burguesa. Queremos com isso situar que a política social obedece às requisições de classe, que historicamente estabelecem entre si e o Estado uma dinâmica de reprodução do capital. Sendo assim a política social é o campo de atuação do Estado, interdependente da política econômica, que se complexifica por incidir em diferentes dimensões da vida social dos sujeitos. Assim, concordamos com (ALMEIDA, 2014) quando afirma que a política social é fruto de um processo de correlação de forças entre as classes fundamentais que são consubstanciadas na sociedade burguesa. Essa trajetória, ainda segundo o autor, formata percursos políticos de reconhecimento de direitos sociais, articulando formas de institucionalização da proteção social através do trabalho, da família, organizando práticas de controle e estabelecimento de consenso social. Nesta contradição, apreendemos a intersetorialidade das políticas sociais com ênfase nas políticas públicas de gênero, oferecendo elaborações, que segundo (PEREIRA, 2014) sintetizam as políticas sociais como um processo intrinsecamente contraditório, à medida que atendem interesses de classes antagônicas. A autora reforça que esse movimento exige um esforço em compreender as tendências e contra tendências das políticas sociais, no intento de apreender estratégias políticas dialeticamente interligadas. Essa trama possibilita refletir sobre a importância da intersetorialidade das políticas sociais, no bojo das políticas públicas de gênero, à medida que o fenômeno da violência tem por característica a multidimensionalidade, a historicidade e a transversalidade às demais políticas públicas. Desse modo, pensar as políticas públicas de gênero relacionando-as a discussão sobre intersetorialidade, requer a superação da lógica fragmentada da política social que a secciona. Essa leitura possibilita mudanças no interior das políticas sociais, com vistas à aquisição de uma nova institucionalidade desdobrando-se num novo tipo de relação entre o

Estado e a sociedade (PEREIRA, 2014).

A legislação brasileira, no período posterior ao da promulgação da Constituição Federal, sofreu significativas mudanças a despeito do enfrentamento à violência de gênero. Exemplo disto são as alterações realizadas no Código Penal e no Código Civil. Tais alterações foram indicadas substancialmente pelas recomendações do Comitê CEDAW e na Convenção de Belém do Pará, que serviram de base para as reivindicações do movimento feminista, em torno do diálogo com o Poder Legislativo (MEDEIROS, 2016). Apesar dos notórios avanços, os casos de violência doméstica perpetrada pelo parceiro íntimo, ainda não encontravam no Estado Brasileiro, políticas efetivas para coibir a violência contra as mulheres e respostas jurídicas de caráter punitivo ao agressor. Ressaltamos que somente em 2004, a partir da lei 10.886/04, que o Estado Brasileiro reconheceu a violência doméstica como um tipo penal (BASTERD, 2007). Atualmente, o debate em torno da questão dos direitos das mulheres ganhou ainda mais destaque, em razão da Lei 11.340/06 (Maria da Penha). A formulação do Projeto de Lei específica para enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, foi criado um grupo de trabalho denominado o Consórcio das ONGS feministas que construíam a primeira versão do Projeto de Lei, encaminhado em 2003 à bancada feminista do Congresso (BASTERD, 2007). Como não poderia fugir à regra, foi fruto de intensa articulação social, principalmente após a condenação do Brasil pela comissão interamericana de direitos humanos pela violação das obrigações referentes à prevenção da violência de gênero, especialmente a violência doméstica. A Lei Maria da Penha define as diversas formas de violência – violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral; cria medidas protetivas de urgência; define os procedimentos para o atendimento dos agentes policiais; prevê a prisão preventiva e/ou em flagrante do agressor; dispõe sobre o encaminhamento do agressor para programas de recuperação e reeducação; propõe medidas integradas de prevenção da violência doméstica e familiar; assegura a inclusão da mulher em situação de violência no cadastro de programas assistenciais de transferência de renda em todas as esferas de governo; ressalva que, para efeitos da lei, as relações íntimas independem de orientação sexual; retira a competência da Lei 9.099/95 para julgar os casos de violência doméstica e proíbe que os crimes sejam punidos com pagamento de cestas básicas ou multas, dentre outras medidas. Este novo instrumento legal cria, ainda, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, com competência cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006a). Nesse sentido, as ações implementadas pelo estado, a partir da referida legislação, ampliaram o sistema de serviços e introduziram uma lógica de atuação mais articulada. A trajetória da política impetrada pelos grupos de mobilização social, com o intento de inserir a pauta da violência de gênero na agenda política do Estado, trouxe relevantes respostas à sociedade brasileira. Em 2011, foi criada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo os princípios e

diretrizes de prevenção e combate à violência, assim como assistência e garantia de direitos. A Política Nacional foi elaborada a partir do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM (2004). A Política Nacional também está em consonância com a Lei Maria da Penha e com os Acordos e Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil. A formulação da Política Nacional objetiva esclarecer os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à violência, ao passo que deseja orientar acerca das diretrizes para a execução desta Política (BRASIL, 2011a).

Pougy (2012) analisa que a intervenção profissional no âmbito da violência de gênero requer um projeto de articulação das políticas sociais que coadune os elementos impressos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência com os instrumentos que alicerçam a sua consecução, tais como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, a Política Nacional de Assistência Social e os dispositivos que a complementam, bem como trabalho e renda, moradia, dentre outras. A reflexão da autora se fundamenta na concepção que as políticas públicas de gênero direcionam esforços para garantir os direitos humanos e o direito das mulheres a viver uma vida sem violência. Nessa medida, a proposta que se sustenta é que neste campo de correlação de forças que incidem no âmbito das políticas sociais, conforme vimos anteriormente, possamos experimentar o redimensionamento no campo da atenção integral às mulheres na perspectiva de gênero. Consideramos que este é um ponto nevrálgico na constituição de políticas públicas de gênero que tenham por objetivo favorecer essencialmente às demandas postas nos serviços de atendimento à mulher, vislumbrando das relações de gênero, raça e classe social na produção da violência e no processo de ruptura das violações dos direitos das mulheres.

3 | A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Consideramos importante uma breve análise da perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas sociais, como uma alternativa de ampliação do sistema de garantias de direitos humanos para as mulheres. O Plano Nacional de Enfrentamento à violência define seu objetivo como o de “Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno”. (BRASIL, 2011a: 36). Compreendemos que introduzir as relações de gênero como fio condutor da Política Nacional, possibilita a ressignificação histórica desta política pública e a possibilidade da ampliação de seu alcance, ou seja, incorporando o debate da transversalização de gênero em todos os níveis. Isso pressupõe um esforço para compreender essas relações como estruturantes e condicionantes das relações sociais, apreendendo que a estrutura político-econômica em que a sociedade está sedimentada, afeta de modo muito diferenciado homens e mulheres. Seja na divisão sexual do trabalho, seja no acesso a bens e fontes de renda, seja na educação e nas instâncias de decisão.

Abordamos o conceito da intersetorialidade como um contributo à análise da política pública de gênero, numa perspectiva de totalidade, pois compreendemos que este é um conceito dotado de significados e representações. De acordo com (PEREIRA, 2014) o conceito de intersetorialidade, à luz do pensamento dialético, supera os intentos de explicá-la como a fragmentação dos setores. Ao passo que as políticas sociais fazem parte de um todo indivisível, já que cada política contém elementos das demais. A qualificação das políticas em setores obedece a uma lógica de arranjo técnico e burocrático, como uma perspectiva de facilitar a gestão das demandas. A autora elucida a intersetorialidade como uma “relação que não redunde num amontoado de partes, mas em um todo unido, no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente” (PEREIRA, p.33: 2014). Para compreender a intersetorialidade no bojo da política pública de gênero, importa ter a clareza de que as políticas sociais são um complexo de totalidade, permeadas por relações de reciprocidade e contradição (PEREIRA, 2014).

O debate sobre a transversalidade de gênero, no contexto da implementação das políticas sociais, requer associá-la à dimensão da intersetorialidade como uma possibilidade de vislumbrar os sujeitos em sua totalidade, numa perspectiva de conceber a realidade em sua forma e através de mediações apreender seu conteúdo. A intersetorialidade, conceitualmente, emerge da lógica de superação da fragmentação e da focalização impressas historicamente nas políticas sociais, que tiveram seu processo de acirramento, como já explicitado, no processo de contrarreforma do estado, na década de 90, a partir do receituário neoliberal, determinando um amplo processo de mudanças nas formas de gestão das políticas (ALMEIDA, 2014). Cabe neste espaço apontar que nossa perspectiva é a de conceber a intersetorialidade das políticas públicas de gênero como um caminho possível à apreensão dos sujeitos históricos e suas múltiplas determinações engendradas no contexto da sociedade burguesa. O agnosticismo, base fundante da racionalidade burguesa, não reconhece a essência histórica e concreta dos fenômenos e se manifesta numa razão instrumental, que inaugura uma racionalidade hegemônica, com sólidos impactos, inclusive nas políticas sociais, obscurecendo o protagonismo destes sujeitos, impulsionando práticas interventivas formuladas em manuais de atendimento e sistemas burocráticos, pragmáticos e manipulatórios (GUERRA, 2013).

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS POSTOS À PROFISSÃO

O cenário supracitado, assim como o processo de trabalho assinalado, concede ao Serviço Social um campo profícuo de análise e intervenção. Sobre isso nos lembra (IAMAMOTO, 1999) que o momento presente desafia as assistentes sociais

a se qualificarem, no intento de apreender por meio de mediações as mudanças que ocorrem na realidade social. Entre as possibilidades contidas na prática está, sobretudo, a necessidade da constante produção de conhecimento acerca da complexa realidade em que cada profissional se insere em diferentes espaços de trabalho, visando dar suporte a sua intervenção. Neste contexto, a apropriação das categorias atinentes ao debate das políticas públicas de gênero, quais sejam: relações de gênero, patriarcado, relações étnico-raciais, classe e dentre outras que corroboram para a obtenção da totalidade dessa dimensão, deverão circunscrever a base da apreensão crítica para embasar a intervenção técnica na realidade social. Seja no espaço das políticas públicas de gênero ou em qualquer outro espaço, o assistente social intervém sobre um objeto de trabalho, ou seja, sobre este incide alguma ação profissional. Por isso, para o assistente social, é essencial o conhecimento da realidade em que atua, a fim de compreender como os sujeitos sociais experimentam e vivenciam as situações sociais (IAMAMOTO, 1999).

As relações de gênero constituem um tema muito caro ao Serviço Social, pois está materialmente em consonância com o projeto-ético-político profissional, que pressupõe a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CFESS – Código de Ética Profissional, 1993)”.

As políticas sociais são um campo privilegiado da prática profissional de Assistentes Sociais. Contudo, como sinalizamos, as políticas sociais se constituem como espaços de contradição e correlação de forças, ao passo que mesmo tempo obedecem às reivindicações do Capital e as da classe trabalhadora. Esta análise somente será possível se construída a partir de uma leitura Marxiana da realidade social, pois assim como analisa (GUERRA, 2013) é através da apropriação das categorias fundamentais do método em Marx que vislumbraremos uma sociedade construída na práxis, em que o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética nos oferecerão os fundamentos para apreender essa realidade para além de sua forma. Desvelando os fenômenos em sua estrutura e dinâmica. Neste sentido, entendemos que somente assim encontraremos possibilidade de efetiva transformação.

No cenário que outrora apresentamos, fornecemos subsídios para descortinar essa realidade para além do que está na superficialidade fenômenos. É necessário sair do óbvio, desvelar os fenômenos de modo a alcançar sua essência. Está é uma possibilidade que se efetiva na práxis social, pois nos termos de (LUKÁCS, 1968): “Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”. Desse modo, salientamos que as possibilidades dos sujeitos de construírem a história, se efetivam por meio da práxis. O passo fundamental para essa apreensão é entendermos qual lugar ocupa o assistente social, no espaço profissional? Quais são os instrumentos e técnicas que a categoria se apropria para a intervenção? Que interesses estão implícitos ou até mesmos explícitos? Este debate

que propusemos deseja analisar os modelos de políticas públicas que orientam a prática profissional e sua estruturação organizacional que atuam como limitadores dos potenciais de intervenção dos profissionais, pois apresentam as possibilidades de atuação reduzidas a modelos de diagnóstico e intervenção pautados em manuais de “como fazer” e de “técnicas de como solucionar problemas” (GUERRA, 2012). Uma leitura simplificada desta tendência privilegia uma intervenção que não esteja orientada pelas possibilidades contidas na prática e, por isso, reproduzam ações imbuídas nos fundamentos do pragmatismo. Realizando uma prática empirista, reiterativa, paliativa e burocrática, já como sinalizava (NETTO, 2006; p.117).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Serviço Social, inscrito na divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva, recebe características determinadas historicamente, quais sejam: uma intervenção condicionada pelos componentes estruturais do cotidiano e por sua relação com a questão social (GUERRA, 2012). Ao verificarmos os assistentes sociais na divisão do trabalho, permite-nos pensar que profissão tem sua especialização fundada no atendimento às respostas imediatas das demandas oriundas sociedade capitalista. Desse modo, é importante refletir que a apropriação da realidade social através da razão instrumental não nos é suficiente para criar mecanismos de luta e resistência e de elaboração de propostas de atuação que tenham como direção a emancipação dos sujeitos.

Dessa feita, as possibilidades de rompimento com essa prática burocratizada e pragmática, estão contidas na própria realidade social. Cabe a nós buscar os fundamentos sociais, históricos e políticos emanados numa perspectiva crítica, que nos ajudarão a criar estratégias concretas de superação desse cotidiano que nos limita e reduz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. de. “Essa violência mal-dita”. In: ALMEIDA, S. S. de. (Org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ALMEIDA, Ney Luiz de. “Descentralização e intersetorialidade: desafio para a consolidação da política de educação”. In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014.

BARSTED, L. L. “A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil”. In: ALMEIDA, S. S. de. (Org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BEZERRA, V; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: desafios de uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011c.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006a.

BRASIL. Secretaria Especial de Política para Mulheres. **Instrumentos Nacionais de Direitos das Mulheres. Brasília**. 2006b.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez. 2003.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS. 1993.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016.

COUTINHO, Carlos N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular.2017.

FLEUY-TEIXEIRA, E; MENEGHEL, S (orgs). **Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo. Cortez. 2013.

_____. **Expressões do Pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares**. In: Revista Katályis. Florianópolis: UFSC-PPGSS. Vol.16. 2013.

IAMAMOTO, Marilda. "Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social". In, CFESS. **Atribuições privativas do assistente social em questão**. Brasília (DF). Fevereiro de 2002.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1999.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez. 2001.

LUKÁCS. G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas. 1978, p.1-18.

MEDEIROS, L. **Em briga de marido e mulher o Estado deve meter a colher: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. São Paulo: Reflexão. 2016.

MELO, M. C. G de. RODRIGUES, "A.S. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional". In **O Social em Questão**, nº 38, Rio de Janeiro, maio-agosto de 2017. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acessado em 24 de novembro de 2017.

NETTO.J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez. 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. “A intersetorialidade das Políticas Sociais na perspectiva Dialética”. In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (Orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

POUGY, L.G. Notas sobre políticas e Gênero e Serviço Social. In: **Revista Praia Vermelha**. UFRJ-PPGSS. Rio de Janeiro. V. 22. 2012.

_____. Desafios políticos em tempos de lei Maria da Penha. In: **Revista Katalysis**. Florianópolis: UFSC-PPGSS. V.13, n.1. jan/jul.2010.

SAFFIOTI, H. I. B. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. In **Cadernos Pagu**, n. 16, Campinas, 2001. Disponível em <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/numeros>. Acessado em 27 de novembro de 2017.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (Coleção Brasil Urgente). 2004.

_____. “Movimentos sociais: face feminina”. In CARVALHO, N.V (Org). **A condição feminina**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1988.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. “Sistema de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais”. In: MONNERAT, Giselle Lavinias, ALMEIDA, Ney Luiz de, SOUZA DE, Rosimary Gonçalves (Orgs.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, São Paulo: Papel Social, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alcoolismo 6, 87, 88, 89, 93, 94, 123

Anti-racismo 178

Atenção à saúde 7, 10, 124, 178, 179, 180, 181, 182, 197, 198, 200, 205

Autobiografia 64, 65

C

Cárcere 158, 160, 162, 163, 164, 166

Carolina de Jesus 144, 169, 170, 171, 172, 176

Ciberativismo 74, 77, 85

Corpo Humano 13, 14, 15, 16, 19, 25, 26

Currículo 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 79

D

Diversidade 25, 98, 104, 108, 113, 115, 118, 143, 170, 173, 179, 184, 185, 190

Dramaturgia de F(r)icção 64

E

Educação 1, 3, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 37, 45, 50, 51, 58, 61, 90, 94, 112, 117, 118, 121, 134, 136, 138, 143, 144, 149, 165, 167, 172, 173, 177, 192, 200, 205, 206, 207

Elza Soares 169, 170, 174, 176

Ensino de Ciências 13, 14, 16, 19, 24, 25, 26

Escola 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 152, 153, 205, 206

Escola primária 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 25, 26

Estado da Bahia 28, 30, 33, 35, 37, 38, 108, 112

Estratégias negras de resistência 169, 175

Exclusão social 116, 119, 121, 123, 126, 161

Extensão universitária 196, 199

F

Fatores psicossociais 87, 88, 89

Feminicídio 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 190

G

Gênero 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 74, 85, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 116, 117, 118, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 139, 146, 148, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161,

163, 164, 167, 170, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 206

I

Inaicyra Falcão 169, 170, 172, 176

L

Laqueadura 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105

Legislação 28, 30, 38, 49, 55, 57, 82, 129, 158, 163, 166

Lutas 41, 43, 50, 55, 68, 142, 149, 173, 184, 187, 194, 198

M

Memória 26, 50, 138, 139, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 161

Mercado de trabalho 4, 18, 46, 48, 88, 127, 128, 129, 131, 135, 136, 137, 149, 180, 183, 188

Movimentos feministas 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 55, 97, 154, 190

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 68, 72, 76, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 98, 100, 102, 103, 116, 129, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 166, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 114, 116, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206

Museologia 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Museu 13, 16, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

N

Normativas 79, 117, 158, 164, 165, 166, 167

P

Parteiras e doulas brasileiras 74

Participação 31, 48, 49, 55, 68, 79, 85, 100, 105, 121, 129, 133, 134, 136, 149, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 198, 202, 203

Performance 64, 65, 66, 69, 70, 72, 88, 176

Política 5, 6, 7, 8, 10, 20, 21, 27, 29, 43, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 66, 74, 79, 88, 89, 109, 120, 122, 123, 124, 125, 136, 139, 143, 148, 149, 154, 155, 156, 160, 165, 166, 171, 172, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 201, 205

Políticas para as mulheres 11, 40
Políticas públicas 30, 33, 37, 38, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 87, 89, 119, 121, 122, 124, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 199
População em situação de rua 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125
População “T” 158
Projeto ponto de cidadania 119, 120
Psicologia 87, 89, 93, 108, 109, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 200, 206

R

Redes sociais digitais 74
Relações de gênero 3, 4, 9, 11, 38, 48, 50, 52, 53, 54, 58, 60, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 137, 180, 204
Representação social 13, 23, 89, 92, 119, 122, 124, 144
Reprodução 42, 52, 54, 55, 56, 96, 97, 103, 104, 106, 107, 197

S

Saúde 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 23, 25, 27, 55, 75, 76, 79, 82, 85, 86, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 134, 163, 165, 168, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206
Saúde da família 8, 112, 193, 196, 198, 200, 205, 206
Saúde da mulher 2, 3, 7, 184, 196, 197, 198, 200, 201, 205
Saúde integral 181, 196, 200
Segregação 45, 114, 122, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137
Sexualidade 4, 15, 20, 31, 36, 75, 97, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 139, 146, 149, 155, 157, 196, 200, 201, 203, 207
Sindicalismo 148, 156

T

Trabalho 2, 4, 5, 6, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 72, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 92, 93, 96, 99, 103, 104, 107, 108, 111, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 187, 188, 191, 193, 196, 198, 199, 202, 205, 206

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 75, 87, 90, 91, 93, 95, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 122, 155, 158, 159, 160, 161, 167, 175, 181, 183, 184, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 206
Vulnerabilidade 4, 119, 121, 161, 164, 168, 193